

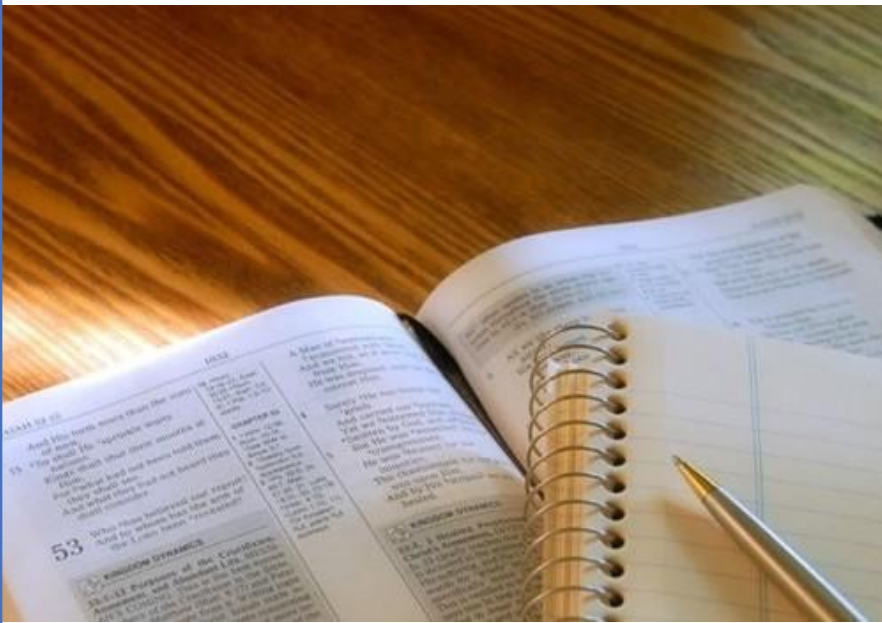


Revista Teológica Fatesul

Nesta Edição

TEMAS DIVERSOS

Volume 1 | Número 1 | 2018



Revista Teológica

Fatesul

Rua: Raul Joaquim Quadros
Gomes, 420 - Tarumã,
Curitiba - PR

Direção Fatesul

Francisco Creti Neto

Editor

Luciano Azambuja Betim

Conselho Editorial

Rev. Elizeu Eduardo de
Souza

Rev. Roberto Verburg

Presb. Rogério Kampa

Presb. Emanuel Carlos

Informações

A Revista Teológica

Faculdade Fatesul é uma
publicação quadrimestral de
natureza intra-corporis, com o
intuído de divulgar a
Teologia Reformada,
conforme visão confessional
exposta na Confissão e
Catecismos de Westminster,
Confissão Belga e Catecismo
de Heidelberg.

O conteúdo dos artigos é de
responsabilidade de seus
autores.

Jornalista responsável

Patricia Cretti

DRT - 9475/PR

Projeto gráfico e editoração

Luciano Azambuja Betim

SUMÁRIO

EDITORIAL

Temas diversos | p.3

ARTIGOS

A reforma protestante e o espírito de
João Calvino | p.4

Ano cristão e lecionário no contexto
litúrgico das igrejas reformadas | p.22

Reflexos da pós-modernidade na
igreja | p.38

A paternidade divina no “Pai Nosso”:
Consequências | 64

Instruções para autores | p.96

EDITORIAL**Temas diversos**

Finalmente temos em mãos a primeira edição da Revista Teológica Fatesul. Foram alguns meses investidos com dedicação para tal feito. Rogamos ao Senhor, Aquele que tudo tem em suas mãos, que seja o primeiro volume de muitos. O propósito é a divulgação do conhecimento por meio da produção de artigos, exegeses e resenhas de livros. Sob o lema “Igreja Reformada Sempre se Reformando”, esperamos contribuir para espalhar a boa teologia de Tradição Reformada.

Nesta edição estão em foco temas diversos. O primeiro artigo, de autoria do prof. Ivan Santos Ruppell Junior, aborda a influência do pensamento de João Calvino no âmbito teológico social. O segundo artigo, de autoria do prof. Luciano Azambuja Betim, trabalha o tema do ano cristão e o uso do lecionário nas Igrejas Reformadas. O terceiro artigo, escrito por Cláudio Manoel de Carvalho Ferreira Martins, traz à tona o tema da pós-modernidade e suas influências na fé cristã. Por fim, artigo de Luiz Tarquinio, abordando a paternidade divina na oração do Pai Nosso.

Desejamos uma ótima leitura. Que o bom Deus derrame bênçãos infundas sobre todos nós.

Prof. Luciano Azambuja Betim (Editor geral)

ARTIGO 1

A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DE JOÃO CALVINO: QUAL A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO CALVINISTA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS A PARTIR DA REFORMA PROTESTANTE?

Ivan Santos RUPPELL Jr*

RESUMO: Qual a importância dos paradigmas teológicos de João Calvino que tornaram a Reforma Protestante um movimento revolucionário da sociedade ocidental nos últimos cinco séculos? O presente texto busca responder tal questão a partir das doutrinas calvinistas acerca do conhecimento do homem e da criação original da sociedade dos homens. A partir das reflexões bíblicas de Calvino, entende-se que sua contribuição foi essencial para que o Protestantismo assumisse a vivência social do fiel enquanto uma experiência essencial da vocação cristã.

PALAVRAS CHAVE: Ética e Religião; Progresso Social e Pensamento Reformado; Reforma Protestante e Sociedade; Devoção Secular e Vocação em Calvino.

* Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Graduado em Teologia pela Faculdade Batista do Paraná; Pastor Presbiteriano (IPB); Email: ruppelljr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* tornou-se obra clássica da Sociologia da Religião ao desenvolver um método de análise social que percebia a influência da religião na formação estrutural da sociedade. Como a análise teve por objeto comunidades de fé reformadas e como a dedicação ao trabalho secular desenvolveu um progresso econômico singular nos grupos observados, utilizou-se o termo “espírito” do capitalismo para designar esta ética protestante que orientava a vida profissional do homem como se fora uma devoção religiosa para se viver em sociedade.

A Reforma Protestante gerou diversas outras transformações sociais em múltiplas áreas da cultura ocidental desde o século XVI, sendo reconhecida como uma força religiosa de proporções únicas na história da humanidade. A partir desta realidade, eis a questão: Qual seria o “espírito” doutrinário gerador desta dedicação secular distinta na cultura europeia e da América desde então, a qual surge de modo tão

avassalador na vivência social dos homens a partir de peculiares valores religiosos oriundos do protestantismo?

Este artigo busca demonstrar que uma doutrina base do Protestantismo enquanto movimento religioso transformador da sociedade dos homens origina essencialmente de princípios reformados observados nas Escrituras por João Calvino.

1. O ESPÍRITO DO CAPITALISMO NA ÉTICA PROTESTANTE.

No início do século 20 o alemão Max Weber publicou sua obra essencial da Sociologia da Religião: A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, analisando a formação do capitalismo ocidental a partir de influências religiosas na sociedade. Suas avaliações revelaram a existência de uma grave interação entre a religião dos homens e a organização de seu meio social. O título de Weber relacionando a ética religiosa ao ramo protestante advém do grupo social por ele analisado: uma

comunidade reformada puritana ambientada na Nova Inglaterra (EUA) dos séculos 17 e 18.

O sociólogo Weber percebeu a existência de um sentimento religioso distinto no fiel reformado que gerava nele uma forte dedicação ao trabalho secular, associado a uma necessidade interior de prova da salvação pessoal a partir da doutrina da eleição. Uma experiência religiosa tão grave que acabou determinando uma vivência econômica peculiar aos cristãos protestantes como se fora uma premissa essencial da fé cristã. Eis o tema base da obra clássica de Weber: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Max Weber analisou o capitalismo moderno que avançava pelo mundo observando sua origem norte-americana e um posicionamento diferencial em relação à atitude econômica comum às sociedades no decorrer da história. Segundo Mcgrath, "Weber... defendia que um novo espírito do capitalismo havia surgido no século XVI. Portanto, não é bem o capitalismo, mas uma forma específica de capitalismo que precisa ser explicada." (2005, p. 539).

Este novo capitalismo visto por Weber não limitava ou inibia a conquista sequencial de riquezas e orientava que não deveria haver desperdício dos ganhos adquiridos, atitudes que promoveram um movimento econômico inovador na história a partir do trabalho profissional do homem. "Mas nos tempos modernos, o Ocidente conheceu uma outra forma de capitalismo: a organização racional capitalista do trabalho (formalmente) livre do qual não se encontra em outra parte senão vagos esboços." (WEBER apud SANTOS, 1967, p. 487).

O novo elemento da economia moderna que revelou a existência do que Weber definiu como o "espírito" do capitalismo foi o de uma orientação racional para o trabalho secular livre. Uma visão que direcionava as conquistas da atividade econômica para os fins específicos de seu próprio progresso, valorando ações determinadas a dar continuidade à geração de riquezas e ao seu desenvolvimento:

"Weber irá demonstrar que o que possibilitou a formação do capitalismo dessa ordem, foram: uma contabilidade racional, uma separação legal da propriedade das empresas e da propriedade pessoal, o desenvolvimento das

possibilidades técnicas, bem como uma organização racional do trabalho capitalista, havendo entre esses fenômenos e o capitalismo uma influência recíproca." (WEBER apud SANTOS, 1967, p. 487).

Eis os fundamentais valores desta histórica dedicação do homem religioso ao trabalho secular, bem como as integradas atitudes econômicas continuamente realizadas para alcançar seu progresso constante. Fatos que organizaram um processo acumulativo de riquezas para a sociedade conforme uma ética elaborada a partir de perspectivas cristãs oriundas da Reforma Protestante.

A partir de tal constatação sociológica, o objetivo deste artigo é ampliar nossa reflexão a fim de reconhecer a existência de uma ética reformada que se fez notável não somente na economia, mas sim, tomou forma como um princípio religioso que alcançou a vivência cultural integral da humanidade. O propósito é reconhecer na experiência religiosa protestante, o “espírito” ético social peculiar do teólogo João Calvino, pois foi a partir de suas doutrinas que o Protestantismo abarcou toda a

cultura humana enquanto uma área de vivência social profícua ao homem religioso nestes últimos 500 anos.

2. DO CONHECIMENTO DE DEUS. O BOM CONHECIMENTO DO HOMEM

João Calvino nasceu na França e tornou-se notável líder da Reforma Protestante do século 16 a partir de seu tratado teológico “As Institutas da Religião Cristã”, bem como por sua atuação enquanto líder religioso e social na cidade de Genebra, até sua morte em 1564. Fundador da Universidade de Genebra, humanista cristão, dedicado estudioso da Bíblia e reconhecido entre os acadêmicos, Calvino irá fomentar através de sua doutrina e liderança o início de um movimento de transformação da religião e sociedade que permanece relevante até a atualidade.

As Igrejas Reformadas e igualmente a Igreja Presbiteriana do Brasil carregam consigo as doutrinas deste reformador, ao mesmo tempo em que qualquer movimento

protestante jamais possa negar as influências teológicas que saíram do entendimento deste que, junto de Martinho Lutero, notabilizou-se como líder mor da Reforma Protestante.

O supremo princípio doutrinário que irá mover o Protestantismo como um movimento social cristão singular é aquele pelo qual Calvino objetivamente propõe uma reforma religiosa que atua em aproximação ao mundo: "Se houve qualquer movimento religioso, no século 16, que tenha tido uma atitude afirmativa em relação ao mundo, esse foi o Calvinismo. "(McGRATH, 2004, p. 249). Eis o princípio fundamental que direciona os cristãos calvinistas a realizar sua devoção religiosa em temor a Deus através da prática de seus mandamentos rumo ao mundo e à sociedade.

Trata-se de uma atitude afirmativa para com o homem e seu mundo que se realiza através de um olhar cristão reformado que percebe o ser humano "positivamente", a partir de dois momentos: quando criado pôr Deus, e assim, bom, como toda a criação no seu início. E num segundo momento, evangelicamente, assim que o homem é renovado pôr Deus em

Jesus Cristo, e assim transformado para viver novamente junto e submisso ao Criador – aqui, o cerne do propósito religioso salvador do cristianismo.

O reconhecimento da existência destes dois momentos da vida do ser humano é o que irá prover à religiosidade protestante, especialmente a reformada calvinista, a perspectiva de que o homem e seu mundo errantes não devem ser renegados através da condenação, mas sim, reconquistados para o propósito inicial do Criador.

Pois um mundo e seres humanos originalmente criados por Deus não devem ser abandonados em seu estado de imperfeição e rebeldia, mas sim, observados à luz de sua origem e visualizados na esperança do dia em que tudo irá existir conforme o bom propósito de Deus. Uma realização do evangelho que se cumprirá no fim dos tempos, mas que já começou, e por isso mesmo a religião cristã deve apregoar agora e viver desde sempre, os primeiros passos deste ideal último de Deus à criação e humanidade.

Eis as bases do pensamento religioso, segundo Knudsen, em "Calvino e sua influência no mundo ocidental", pelas quais "o Calvinismo teve em mira não a reforma na doutrina, na vida individual e na vida da igreja, mas também a transformação de toda a cultura, em nome de Cristo." (1990, p. 12) Portanto, segundo Calvino, a orientação da conduta social do homem é um projeto de redenção das capacidades que lhe foram entregues para bem desenvolver a sociedade desde a criação, a partir de um propósito do próprio Deus.

Nesta perspectiva, o Protestantismo entende a partir de Calvino que a mesma visão que não amaldiçoa o que é humano e secular no planeta, pois há religiões que determinam um afastamento constante do homem do mundo para que se tornem dignos de Deus – o que jamais ocorre no calvinismo. Torna-se igualmente, um princípio e valor que visualiza e projeta um tratamento distinto e abençoador de toda a existência humana e suas realizações culturais em sociedade.

Pois é algo que ocorre a partir do que lhe é originalmente bom - a vontade primeira de Deus para o homem e toda a sua

vivência social. Afinal, a existência cultural do homem não origina da humanidade sem Deus, mas bem ao contrário disto; nasce sim, da essência do ser humano criado pôr Deus, e que junto de Deus já existiu em total completude de harmonia.

Calvino ensina tal peculiar distinção representativa do momento em que a raça humana foi criada:

“Deste conhecimento há dois ramos, a saber, o conhecimento do homem conforme originalmente foi criado, e o conhecimento da condição do homem desde a queda de Adão (...). Pois antes de tratarmos do estado miserável ao qual o homem caiu, vale a pena lembrar-nos daquilo que ele era originalmente (...).” (CALVINO, 1984, p. 80)

3. A GRAÇA COMUM DE DEUS E A CULTURA E SOCIEDADE DOS HOMENS.

Assim, é a partir deste entendimento reformado da origem da Criação e do Ser humano que João Calvino irá desenvolver a doutrina que irá se tornar um dos princípios teológicos de maior relevância na história sócio cultural da

humanidade. Trata-se da percepção calvinista que reconhece que nem tudo que há no mundo requer ser antes redimido, para só assim obter algum valor, como se nada de bom carregasse em si. Pois há humanidades e artifícios do agir do homem que conseguem ser pensados e edificados à luz da boa vontade de Deus, mesmo a partir da premissa que percebe o homem distante e contrário ao plano original do Criador desde a Queda:

“Atribuir ao homem cegueira total, que não lhe deixa inteligência alguma, não é apenas contrário à Palavra de Deus, mas também contrário à experiência e ao bom senso (...) Lembremo-nos, portanto, desta distinção: o conhecimento de assuntos terrestres é uma coisa, o conhecimento de assuntos celestiais é outra. Por assuntos terrestres quero dizer os que se referem à vida presente (...).” (CALVINO, 1984, p. 112).

Calvino adverte que a situação de rebeldia do homem para com o Criador não impede a humanidade de viver debaixo da ação providencial de Deus, que tem o bom propósito de manter a continuidade e a boa vivência dos homens - eis a

Graça Comum divina, a qual permanece sobre todos os homens e seus talentos nesta vida:

“Visto que o homem por natureza é de disposição social, está inclinado pelo instinto natural a estimar a sociedade e a conservá-la (...) Além disso, todos nós temos alguma aptidão para aprender as artes liberais e mecânicas; e esta é outra prova do vigor da mente humana (...) E embora a razão seja uma bênção comum que é outorgada a todos nós, cada um deve reconhecer que sua participação nela é um favor especial que Deus lhe conferiu.” (CALVINO, 1984, p. 112 – 113)

Eis como uma peculiar valorização religiosa do potencial cultural humano a partir de João Calvino, orientou o protestantismo a tornar-se um movimento gerador de grave progresso à humanidade nos últimos séculos. Segundo Knudsen, as artes liberais e as ciências exatas eram percebidas com premissa positiva pelo Calvinismo, ao contrário de outros movimentos religiosos cristãos que as desprezavam ou inicialmente percebiam-nas de modo amplamente negativo.

Dentro deste entendimento, a cultura deve ser não somente redimida a fim de se tornar uma abençoada cultura, humana - pois não se nega ao homem a vivência regular de suas humanidades enquanto ele avança em sua santidade. Como, ainda, torna possível a compreensão de que mesmo uma cultura edificada em um mundo caído é igualmente eficaz e necessária, valorosa e bendita em muitos de seus aspectos e práticas. Eis uma doutrina profundamente positiva acerca da cultura humana a partir de uma premissa religiosa que deseja propor uma orientação devocional às vivências dos fiéis enquanto cidadãos da sociedade dos homens.

Importa ressaltar a realidade de uma complementaridade genérica entre os pensamentos dos mais distintos reformadores, Lutero e Calvino, acerca desta protestante visão cristã da sociedade humana, conforme anotada por Andre Bieler, em sua obra: *A Força Oculta dos Protestantes*. Pois nesta, o autor reconhece uma diferença maior de ênfase, apenas, entre o pensamento de ambos. Algo que ocorre mais em razão do peculiar momento histórico, tanto

religioso quanto social, com que cada um deles se deparou. E assim, perante tais e distintas ocasiões buscaram oportunamente atuar, e responder, enquanto teólogos e líderes do novo movimento religioso que ambos gestavam, a Reforma Protestante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir desta convicção teológica acerca da criação do mundo e do ser humano que João Calvino vai pensar e desenvolver as mais amplas possibilidades de vivência social comunitária ao fiel reformado cristão, perfazendo uma experiência religiosa dentro do mundo que resultará naquilo que Henri Hauser denominou de "secularização do sagrado" e, que, segundo Mcgrath, "envolia trazer toda a esfera da existência humana para dentro do âmbito da santificação divina e da dedicação humana." (2004, p. 250).

Eis, portanto, o fundamento da doutrina calvinista que oportuniza ao cristão protestante uma ação ativa na sociedade,

a qual irá se desenvolver enquanto ética exemplar na cultura secular, a partir de um chamado de Deus ao homem para viver no mundo exterior a partir dos propósitos de governo do Criador. Um princípio reformado que moveu grave revolução social na história protagonizada através da Reforma Protestante a partir essencialmente do “espírito” de João Calvino.

Pois o que Calvino bem compreendeu foi o quanto um comprometido relacionamento do homem com Deus pode socialmente transformar nosso mundo. Daí origina sua fundamental Ética Protestante, que se baseia na força da própria Presença de Deus no homem. Uma comunhão divinal que o desafia e conduz para gerar vida, e Vida em abundância, em todo lugar e relações sociais que o fiel reformado cristão vier a partilhar diante dos homens e sua cultura, assim como prometera Jesus ocorreria através da vida de seus discípulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e QUINTANEIRO, Tania. **Um Toque de Clássicos. Marx, Durkheim e Weber** - Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

BIÉLER, André. **A Força Oculta dos Protestantes**. Tradução de Paulo Manoel Protasio - São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. Tradução de Waldyr Carvalho da Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S/C, 1990.

CALVINO, João. **A verdadeira vida cristã**. Tradução Daniel Costa. São Paulo: Editora Cristã Novo Século, 2000.

_____ João. **As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa** / tradução Odayr Olivetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

COSTA, Herminsten M. P. **Raízes da Teologia Contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

COSTA, Herminten M. P. **Calvino de A a Z**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

DE LIBERAL, Márcia de Mello Costa. Liberal. **A religião como fonte de ética: revisitando alguns paradigmas**. 2002 / pg 65-68, (Revista Portuguesa de Ciências das Religiões, ano 1, nº 2).

GOMES, Antonio Máspoli de Araújo. **Ética Cristã, educação e responsabilidade social em Lutero e Calvino. Ética: reflexões contemporâneas** / De Liberal, Márcia Mello Costa e Souza Neto, João Clemente (Org.): Arauco Editora, 2005.

McGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia cristã**. Tradução Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

McGRATH, Alister E. **A Vida de João Calvino**. Tradução de Marisa Lopes, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Editor. **O Pensamento de João Calvino** - São Paulo: Editora Mackenzie, 2000 - (Série Colóquios; v.2)

KNUDSEN, Robert D, REID, W. Stanford (Ed.). **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S/C 1990.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARTIGO 2

**ANO CRISTÃO E LECIONÁRIO NO CONTEXTO
LITÚRGICO DAS IGREJAS REFORMADAS**

Luciano Azambuja BETIM*

RESUMO: Este artigo faz uma abordagem introdutória sobre dois temas litúrgicos: o ano cristão e o lecionário dominical. São dois assuntos quase desconhecidos, até mesmo em igrejas históricas. Por vezes é lembrado o dia das mães, o dia dos pais, o dia da criança e outros, porém pouca celebração das datas importantes do ano cristão ou leitura do lecionário. Este texto objetiva apresentar um estudo sobre o tema, apontando o ciclo do natal, advento, tempo comum e ciclo da páscoa como elementos principais do ano cristão.

PALAVRAS CHAVE: Ano cristão; Lecionário; Natal; Páscoa; Tempo comum.

* Mestrando em Teologia pela PUC-PR; Pós-graduado em Teologia do Novo Testamento pela FABAPAR; Graduado em Teologia pela FEPAR; Pastor Presbiteriano (IPB); Email: lucianobetim@outlook.com.br

INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna enfatiza o individualismo, onde cada um faz o que quer, do jeito que quer e quando quer. Infelizmente, essa atitude comportamental ocorre até mesmo nas igrejas. Cada qual imagina a liturgia do culto no Dia do Senhor a seu modo e prazer. Muitas delas com inovações bizarras e, por vezes, jogando fora toda uma herança litúrgica milenar.

O culto cristão é mandamento divino, e deve ser realizado em suas várias épocas e celebrações especiais do ano cristão, conforme aponta a Confissão de Fé de Westminster:¹

[...] são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso (SÍMBOLOS de Fé, 2014, p.77)

O cristianismo não começou com o movimento da Reforma. Resgatar parte da herança litúrgica desenvolvida no

¹ A Confissão de Fé de Westminster, juntamente com o Catecismo Maior e Breve, são os Símbolos de Fé adotados pelas Igrejas Presbiterianas.

decorrer dos séculos enriquecerá os serviços de adoração nas igrejas contemporâneas. Nesse sentido, o objetivo geral deste texto está relacionado a temas litúrgicos. O artigo 44, do regimento das Igrejas Reformadas do Brasil² recomenda:

Todo ano as igrejas lembrarão o nascimento, a morte, a ressurreição e a ascensão do Senhor Jesus Cristo, bem como o derramamento do Espírito Santo. O conselho convocará a congregação para cultos públicos, nos quais estas obras da salvação serão pregadas (IGREJAS reformadas do Brasil, 2017).

De modo que este trabalho gira em torno da pergunta: “Ano cristão e lecionário dominical, o que é isso”? Para responder essa pergunta será utilizada revisão de literatura como procedimento metodológico, tendo como fonte autores ligados a tradição Protestante histórica. Em primeiro lugar, uma definição do que é o ano cristão e o lecionário. Em segundo lugar, uma análise do ciclo do natal, Páscoa. Em terceiro lugar

² Atualmente há dois Sínodos de Igrejas Reformadas no Brasil: O Sínodo das Igrejas Evangélicas Reformadas do Brasil, mais presente na região sul, e o Sínodo das Igrejas Reformadas do Brasil, mais presente na região nordeste. A citação acima faz parte do regimento deste último Sínodo.

a Ascensão e Pentecostes. E em último lugar o tempo comum, em suas duas etapas.

1. ANO CRISTÃO E LECIONÁRIO

Ano cristão, o que é isso? Infelizmente, quase desconhecido em algumas igrejas e até mesmo de muitos ministros. Porém, numa olhada rápida no índice dos principais hinários de igrejas históricas revelará que sua estrutura está organizada em torno do ano cristão, conforme mostra o Hinário Presbiteriano Novo Cântico (2000, pp.380-383): Advento, O Natal, o Ministério, a Paixão, a Ressurreição, a Ascensão e a Páscoa.

Ano cristão refere-se às [...] épocas do ano determinada pela igreja e que revivem os acontecimentos e as verdades essenciais da fé cristã (ERICKSON, (2011, p.15). Nesses eventos e datas, a igreja cristã relembra os vários aspectos da vida de Jesus e aprende seguir seus passos (COMISKEY, 2009). Trata-se de um recurso didático para o povo de Deus. As igrejas devem

prezar pela liberdade de seguir ou o ano cristão ou dias especiais em suas celebrações. Conforme as palavras de Paulo:

Há quem considere um dia mais sagrado que outro; há quem considere iguais todos os dias. Cada um deve estar plenamente convicto em sua própria mente. Aquele que considera um dia como especial, para o Senhor assim o faz (Rm 14.5,6-NVI)

As igrejas cristãs, em suas mais diversas tradições, utilizam também em suas liturgias um recurso denominado “lecionário”. O lecionário em uso atualmente é o Lecionário Comum Revisado, fruto do trabalho de um amplo grupo de estudiosos de várias tradições cristãs³ (MANUAL do culto, 2011). Trata-se de uma coleção de leituras Bíblicas que auxiliam as comunidades em suas liturgias para o Dia do Senhor⁴.

³ O Lecionário comum revisado, elaborado por Luteranos, Presbiterianos/Reformados, Anglicanos etc. As leituras próprias para cada data podem ser acessadas em: <https://lectionary.library.vanderbilt.edu/>

⁴ O Domingo, conforme entende a tradição cristã e as Confissões Reformadas.

Essas leituras bíblicas são estruturadas de modo trienal⁵, dispostas em ano A, B e C. Em cada Dia do Senhor são lidas porções do Antigo Testamento, dos Salmos, das Epístolas e dos Evangelhos (SENHAS diárias, 2015). Por meio dessas leituras, as comunidades e seus adoradores são lembrados da grande e maravilhosa obra de Deus através de Jesus Cristo.

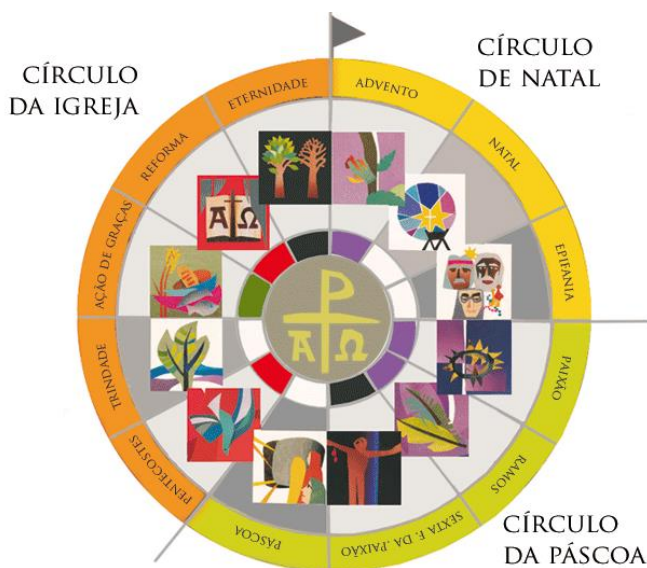
Algumas pessoas argumentam que o uso do lecionário pode de certo modo engessar o culto cristão. As vantagens de se utilizar o calendário cristão nos cultos dos Dia do Senhor são várias, conforme apontamento do manual litúrgico:

1. Restabelece a centralidade da Palavra de Deus no culto. Um dos meios comprovados para sanar o analfabetismo bíblico de nosso tempo consiste em adotar o uso de um lecionário na igreja;
2. Estimula o preparo de sermões expositivos dos textos bíblicos, nutrindo assim o povo com “genuíno leite espiritual” da Palavra de Deus, para seu crescimento em Cristo.
3. Facilita o planejamento do culto com antecedência, contribuindo para sua unidade em torno do tema abordado nas leituras. Assim os elementos do culto – sermão, hinos, canto,

⁵ O ano de 2017 é ano “A”, 2018 ano “B” e assim sucessivamente (MANUAL, litúrgico).

coral e orações – proclamam a uma só voz, a graça e a verdade de Deus (2011, p.369).

Em cada época do ano litúrgico utiliza-se também o esquema de cores litúrgicas. Isso pode ser visto nas toalhas, estolas e outros elementos, daquelas igrejas disso fazem uso. Cada cor revela um significado. O branco é utilizado no natal e batismo de Jesus, o vermelho no Pentecostes, o roxo no advento, o preto na sexta feira da paixão, e o verde no decorrer do tempo comum (MANUAL LITÚRGICO, 2011). A imagem abaixo ilustra bem o ano cristão:



3. O CICLO DO ADVENTO E NATAL

Natal é um tempo de compras, de luzes coloridas, troca de presentes. Certo? Não necessariamente. O primeiro ciclo nas celebrações do ano cristão é chamado de ciclo do Natal ou ciclo Natalino. É aquele período que vai desde o primeiro domingo do Advento, até a Epifania do Senhor Jesus (MANUAL do culto, 2011). É um tempo muito alegre e festivo, na qual a igreja celebra a vinda de Deus, o salvador ao mundo.

O ciclo do Natal começa com os quatro domingos do Advento. Advento é uma palavra que vem do latim, sendo a estação cristã no ano eclesiástico que a igreja se prepara para celebrar o nascimento de Jesus (TOON, 2009). O Advento começa na maioria das vezes no último domingo de novembro e continua por quatro semanas até à chegada do Natal (MANUAL do culto, 2011). Nesse período são lidos textos proféticos sobre a vinda do Messias, o salvador.

Conforme entendimento das Igrejas Evangélicas Reformadas:

[...] As igrejas que observam o advento restabelecem o sentido bíblico do natal.

Advento é um tempo de preparação espiritual para celebrar a primeira vinda do salvador e para recebe-lo no segundo advento, que ainda está por vir (MANUAL do culto, 2007, p.24)

A grande festividade do período do Advento é o Natal. Nela celebra-se a encarnação de Cristo, prosseguindo até a Epifania, no dia 6 de janeiro (MANUAL do culto, 2011). Essa festa sempre foi celebrada com alegria pelos Luteranos e Reformados continentais, embora tenha enfrentado resistência por parte de alguns Puritanos e outros na Igreja da Escócia (OLIVER, 2009). Embora não seja possível determinar a data exata, desde do ano 336 d.C. a igreja cristã celebra o nascimento de Jesus no dia 25 de dezembro (WHEATON, 2009). É o tempo em que Deus em seu amor surpreendeu a humanidade.

3. PÁSCOA, ASCENSÃO E PENTECOSTES

Algumas pessoas lembram do ovo de chocolate, do coelho, mas não sabem explicar o verdadeiro sentido da Páscoa. Segundo Erickson (2011), à Páscoa é a celebração da

ressurreição de Cristo. E de acordo com o Manual Litúrgico, páscoa é o período de sete semanas, começando com o Domingo de Páscoa na ressurreição, passando pela ascensão e culminando no Pentecostes (2011). A ressurreição de Jesus é um chamado para a vida dirigida a todos nós:

Na luz indefinida da madrugada, as mulheres enfrentaram os perigos de uma cidade oriental, dirigindo-se apressadamente ao sepulcro. Quantas vezes procuramos Cristo na sepultura de velhas experiências ou de ritos mortos e vazios; e quantas vezes alimentamos temores que não tem fundamento! (MEYER, 2002, p.58).

Na sequência do tempo Pascal a igreja comemora a Ascensão de Jesus. É a celebração da partida de Jesus da terra e seu retorno aos céus no quadragésimo dia após sua ressurreição (ERICKSON, 2011). Aquele que desceu a escada da humilhação retorna agora em sua exaltação. Não apenas uma ascensão espiritual, como querem alguns, mas de fato real e física, em seu corpo ressurreto (YOUNGBLOOD, 2004). A igreja celebra alegremente as bênçãos da Ascensão, como ensina o Catecismo de Heidelberg (p.47):

Quer dizer então que Cristo não está conosco até a consumação dos séculos conforme Ele nos havia prometido? Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus. Segundo Sua natureza humana, Ele não está mais na terra, mas segundo a Sua natureza, divindade, majestade, graça e Espírito, Ele jamais se ausentou de nós (AS TRÊS FORMAS DE UNIDADE, 2009, p.64).

O ciclo da páscoa encerra-se com a festa de Pentecostes. Foster (2003) informa que o termo significa quinquagésimo dia após o sábado da semana da páscoa, e que é também uma referência à festa da colheita e primeiros frutos. O sentido é que, a partir desse evento, o Espírito Santo passa a habitar no coração de todos os salvos unindo-os em um único corpo (GRAHAM, 1995). É um tempo de celebração alegre animado pelo Espírito Santo.

4. O TEMPO COMUM

O tempo comum cobre a maior parte das celebrações no ano cristão. Ele é dividido em duas etapas: a primeira logo após

a Epifania, e a segunda etapa, mais extensa, referindo-se aos domingos que seguem o grande dia de Pentecostes (MANUAL do culto, 2011). São períodos onde diversos temas da vida de Jesus são estudados, tendo em vista o crescimento da comunidade.

Na primeira etapa do tempo comum a igreja celebra eventos importantes na vida e ministério de Jesus: O batismo do Senhor e a transfiguração. No batismo, Jesus identifica-se com os pecadores, cumprindo toda a justiça de Deus. Na transfiguração a igreja celebra a aprovação divina da atividade salvadora de seu Filho Amado.

Na segunda etapa do tempo comum, a mais longa, outros eventos são celebrados. O primeiro deles é o domingo da Trindade, culminando esse período com o Domingo de Cristo, o Rei do Universo (MANUAL do culto, 2011). Nos outros Domingos a igreja celebra e cresce espiritualmente através de meditação nas atividades ministeriais do Senhor Jesus Cristo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar um estudo introdutório sobre dois temas importantes da liturgia cristã: O ano cristão e o lecionário dominical. A razão para tal pesquisa se deu pelo fato do pouco conhecimento do assunto no seio de muitas igrejas. Por meio de pesquisa bibliográfica em diversos autores cumpriram-se os objetivos propostos: entender o que é o ano cristão e o lecionário dominical.

O alvo da adoração cristã é a Trindade revelada: “Glória seja ao Pai, Ao Filho e ao Santo Espírito. Como era no princípio, É hoje e para sempre, Eternamente! Amém! Amém!” (HINÁRIO Presbiteriano, 2000, p.3). A igreja de Cristo só tem a ganhar celebrando seus cultos dominicais seguindo a estrutura proposta pelo calendário cristão.

Isso evitaria o problema da falta de identidade litúrgica. Conduziria também as celebrações na trilha da obra redentora de Jesus, e possibilitaria um grande conhecimento da Palavra de Deus nestes tempos de trevas espirituais. A Palavra de Deus recomenda: “[...] saiba como as pessoas devem comportar-se na

casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, coluna e fundamento da verdade” (2 Tm 3.15-NVI).

Algumas iniciativas podem ser tomadas no intuito de aprofundar o conhecimento dessas questões litúrgicas. Os seminários teológicos deveriam incentivar pesquisas relacionadas as datas e celebrações cristãs históricas. Isso pode ser fomentando também pelos conselhos das igrejas, juntamente com seus ministros ordenados. Trabalhar, nesse sentido, por implantar e supervisionar o bom andamento dos cultos no dia do Senhor, contribuindo, desse modo para o cumprimento da Palavra: “[...] tudo deve ser feito com decência e ordem” (1 Co 14.40 - NVI).

REFERÊNCIAS

AS TRÊS Formas de Unidade das Igrejas Reformadas: **Confissão Belga, Catecismo de Heidelberg e Cânones de Dort**. Recife: Clire, 2009.

BÍBLIA Sagrada. **Nova Versão Internacional**. São Paulo: Editora Vida, 2004.

BISHOP, Russel, K. **Páscoa cristã**. In: ELWELL, Walter (org). **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã: Em 1 volume**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.

FOSTER, Lewis. **Atos dos Apóstolos**. In: BAKER, Kenneth (org). **Bíblia de Estudo NVI**. São Paulo: Editora Vida, 2003.

McCOMISKEY, Thomas Edward. **Ano Cristão**. In: ELWELL, Walter (org). **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã: Em 1 volume**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.

ERICKSON, Millard. **Dicionário Popular de Teologia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

GRAHAM, Billy. **O poder do Espírito Santo**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

HINÁRIO Presbiteriano Novo Cântico. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

IGREJAS Reformadas do Brasil. **Regimento**. Disponível em <<http://www.igrejasreformadasdobrasil.org/confederacao/regimento>>. Acesso em: 08 de nov 2017.

MANUAL do Culto. **Igrejas Evangélicas Reformadas do Brasil**. Sínodo das Igrejas Evangélicas Reformadas, 2007.

MANUAL do culto. **Igreja Presbiteriana Independente do Brasil**. São Paulo: Pendão Real, 2011.

MEYER, F.B. **Comentário Bíblico Devocional**. Belo Horizonte: Editora Betânia, 2002.

OLIVER, Guy, Jr. **Natal**. In: ELWELL, Walter (org). **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã: Em 1 volume**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.

SENHAS diárias. Porto Alegre: Sinodal, 2015.

SÍMBOLOS de Fé: Contendo a Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve/Assembleia de Westminster. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

TOON, Peter. **Advento**. In: ELWELL, Walter (org). **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã: Em 1 volume**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.

YOUNGBLOOD, Ronald. F. (org). **Dicionário Ilustrado da Bíblia**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004.

WHEATON, David. **Epifania**. In: ELWELL, Walter (org). **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã: Em 1 volume**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2009.

REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NA IGREJA

Cláudio Manoel de Carvalho Ferreira MARTINS*

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre os impactos da pós-modernidade na igreja evangélica brasileira. Procura identificar alguns aspectos com base em quatro artigos da Revista Fides Reformata, de como este novo cenário social tem influenciado a teologia e o comportamento da igreja cristã na sua busca por comunicar o evangelho de Jesus. Diante de tantas transformações o desafio que se põe é a comunicação das verdades bíblicas consideradas pela maioria das correntes cristãs como eternas, em especial pelo segmento evangélico que tem como um de seus fundamentos desde a reforma protestante, o “sola scriptura”.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja emergente; teologia relacional; pós-modernidade, homossexualidade; fé reformada.

* Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana, Londrina, PR; Presbítero da Igreja Presbiteriana (IPB); Email: claudiom.cwb@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A expressão pós-modernidade surgiu na segunda metade do século XX e denota um período de mudanças sociológicas e de valores que caracterizam a transição do período conhecido como modernidade para um novo período histórico. O sociólogo Zygmunt Bauman, considerado um dos maiores pensadores acerca (acerca) deste tema, também utiliza a expressão modernidade líquida. As mudanças identificadas por Bauman provocaram alterações em conceitos e valores sociais de tal profundidade que afetaram diretamente a chamada célula *mater* da sociedade, a família. De fato, tais mudanças têm demonstrado potencial de desconstruir o conceito de família, até então vigente, substituindo-o por algo totalmente novo até o momento não definido. Alguns sociólogos e filósofos dizem que ainda está em construção. Tamanha profundidade de mudanças afetando valores tão arraigados, também geram reflexos na fé em suas manifestações e conseqüentemente nas igrejas.

O presente artigo procura identificar alguns aspectos, com base em quatro artigos da Revista Fides Reformata, de

como este novo cenário social tem influenciado a teologia e o comportamento da igreja cristã na sua busca por comunicar o evangelho de Jesus. Diante de tantas transformações o desafio que se põe é a comunicação das verdades bíblicas, consideradas pela maioria das correntes cristãs como eternas, em especial pelo segmento evangélico que tem como um de seus fundamentos, desde a reforma protestante o “sola Scriptura”.

As pesquisas para a produção deste artigo concentraram-se basicamente em quatro artigos, a saber: Igreja Emergente, a igreja do pós-modernismo? Uma avaliação provisória, de Mauro Fernando Meister; Quem é realmente reformado? Relembrando Conceitos básicos da fé reformadas, de Valdeci da Silva Santos; A Teologia Relacional: suas conexões como teísmo aberto e implicações para a igreja contemporânea, de Valdeci da Silva Santos e, Homossexualidade: da repressão à celebração, também de Valdeci da Silva Santos. Todos estes artigos publicados na revista teológica Fides Reformata do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Grosso modo, os quatro artigos oferecem abordagens diferentes do mesmo tema, as relações da igreja

com os tempos atuais, sendo em determinado aspecto, complementares.

A pós-modernidade tem sido anunciada como um movimento que tem, até o momento, dentro de suas características a rejeição e a busca por desconstruir qualquer noção de verdade unitária, dominando o pluralismo relativista das ideias, negando a possibilidade de regras fixas e, ou verdades absolutas, predominando a vontade de liberdade absoluta do ser humano, que se mostra muitas vezes inconstante, principalmente influenciada pelas rápidas mudanças econômicas e tecnológicas da atualidade.

Neste contexto, Zygmunt Bauman em seu livro *O mal estar da pós-modernidade* (1998), dedica um capítulo para analisar a “religião pós-moderna” onde menciona que, na atualidade, poucas pessoas agem sob seus valores interiorizados, ou seja, com base nos valores herdados da família e, ou de sua comunidade de fé. O individualismo reinante tem conduzido as pessoas a tomarem decisões e fazerem escolhas rápidas, sem a devida avaliação e sem tempo para que os filtros dos valores interiorizados, pelos valores

herdados, entrem em ação, gerando crenças voláteis, mas que de certa forma gozam da confirmação externa, da sociedade que nos cerca.

Cada vez menos pessoas agem na base de orientação pessoal e de valores interiorizados [...] Mas por que há cada vez menos pessoas assim? Obviamente porque a atmosfera econômica, política e social se tornaram difíceis de entender intelectualmente, e de cumprir moralmente, e porque ela muda num passo acelerado [...] Num mundo em que tais coisas prosseguem, qualquer crença em princípio de orientação constantes corre o perigo de recusar esse mínimo de confirmação externa sem o qual ela não pode sobreviver. (BAUMAN, Apud Arnold Gehlen, pag. 220).

Tal comportamento, que acaba por deixar de lado os referenciais presentes nos “valores interiorizados”, que via de regra são herança de uma identidade cultural, familiar e, ou religiosa, são os sintomas do nascimento da identidade individual, cheia de incertezas e sempre em construção, de acordo com Bauman. A questão a ser observada, é que neste entendimento, a identidade individual nasce sem referencial internalizado, familiar, comunitário, religioso, tendo todo um

mundo de ofertas de produtos e serviços a serem experimentados e consumidos que vão de diferentes variedades de tipos de água (gasosas, minerais, vulcânicas e outras) à satisfação dos desejos mais secretos, libertinos e promíscuos. E isso tudo sem culpa ou questões de consciência. No entanto, tal indivíduo está sozinho, ele precisa decidir por si e para si, por este motivo está sempre em busca de “conselhos valiosos” para sua vida, o que faz deste indivíduo, um permanente “cliente em potencial” dos “gurus” da autoajuda e dos “profetas” da prosperidade.

O homem e a mulher da pós-modernidade realmente precisam do alquimista que possa, ou sustente que possa, transformar a incerteza de base em preciosa auto segurança (...) A pós-modernidade é a era dos especialistas em “identificar problemas”, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos autores dos livros de “autoafirmação” (...) em torno de evitar um perigo: o de perder uma oportunidade. (BAUMAN, 1988, pag. 222)

De acordo com o relato de Bauman, o homem e a mulher da pós-modernidade, tendo desprezado os valores interiorizados, ou em outras palavras, os valores construídos ao

longo dos anos pelas famílias e pelas comunidades, acabou por ficar sem as referências que lhe dariam a identidade de um indivíduo pertencente a uma determinada comunidade, família, tradição, religião, igreja - grosso modo é uma criança grande, uma “tabula rasa” em um mundo cheio de oportunidades, perigos e prazeres.

Uma mente religiosa tenderia a pensar que uma vez que este indivíduo está tão perdido, nada mais natural do que buscar consolo e conforto em uma religião. A esta questão Bauman esclarece da seguinte forma:

A incerteza de estilo pós-moderno não gera a procura da religião: ela concebe, em vez disso, a procura sempre crescente de especialistas na identidade. Homens e mulheres assombrados pela incerteza de estilo pós-moderno não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam da reafirmação do que podem fazer – e de um resumo de como fazê-lo. (BAUMAN, 1998, pag. 222)

Deve-se ter em mente que este quadro geral apresentado por Bauman, diz respeito ao indivíduo pós-moderno europeu, região onde já a certo tempo, vários estudos demonstram

afastamento das igrejas cristãs. Em termos de Brasil, a questão religiosa deve adquirir diferente peso em tal avaliação, tendo em vista a força da tradição religiosa existente e as estatísticas de crescimento dos ramos caracterizados como evangélicos nos dados oficiais do IBGE. Logo, não seria incorreto pressupor que este indivíduo da pós-modernidade, tem de alguma forma, frequentado, ou buscado frequentar as igrejas cristãs, não sem todas as complexidades que carrega, o também gera desafios aos líderes religiosos.

Segundo Bauman, em *O Mal-estar da Pós-modernidade*; o espírito pós-moderno é inteiramente menos excitado do que seu adversário, o espírito moderno, pela perspectiva de cercar o mundo com uma grade de categorias puras e divisões bem delineadas. Desta forma, observamos que este indivíduo não teria a preocupação em distinguir, ou definir precisamente as questões doutrinárias de uma ou outra igreja, buscando aqui e ali o que lhe dá conforto, no momento que sente necessidade busca o “alquimista” para oferecer a receita para seus conflitos.

Decorrente destes novos comportamentos, que tem sido manifestado com muita intensidade, vários movimentos têm

surgido dentro da igreja cristã, procurando ser identificados como pós-modernos, ou que tenham as características que atendam as expectativas do ser humano pós-moderno. Neste breve artigo nos limitaremos a mencionar dois movimentos com origens norte americana, a Igreja Emergente e também o Open Theism, que no Brasil, originalmente recebeu o nome de Teologia Relacional.

1. IGREJA EMERGENTE

A expressão igreja emergente surgiu no início dos anos 1990 com Karen Ward da Igreja dos Apóstolos em Seattle (EUA) e posteriormente adotado por Brian McLaren, especialmente quando escreveu o livro *Uma Ortodoxia Generosa*.

Para McLaren era necessário que a igreja descobrisse e desenvolvesse uma ortodoxia diferente da ortodoxia praticada pela igreja evangélica durante o período do modernismo. Era necessário, segundo ele, desenvolver uma ortodoxia generosa em oposição à ortodoxia inflexível do período moderno. (MEISTER, 2006, pag. 98)

De acordo com Mauro Meister (2006) o que McLaren

propõe é uma nova cosmovisão, através de uma nova abordagem filosófica da vida como um todo, distinguindo-se do que ocorria até então, em que diferentes igrejas, mantendo o mesmo fundamento teológico básico, se distinguiam, basicamente, pela forma estética. A dificuldade surge quando a proposta avança e sugere a necessidade de o cristão adotar o “estilo” pós-moderno com todas as características de pensar deste novo tempo, negando inclusive a necessidade de uma declaração de fé e qualquer forma que sugira um dogma comum.

Meister (2006) aponta como sendo as principais características da igreja emergente, basicamente, a oposição à igreja tradicional, que estaria cativa dos conceitos absolutistas da era moderna, que admite, por exemplo, a ideia de verdade absoluta. Outra característica importante apontada por MEISTER na proposta de McLarem é o pluralismo, no sentido da aceitação ampla e irrestrita das diferenças nos valores e na forma de pensar e agir, baseada na não afirmação de absolutos.

A proposta emergente enfatiza os sentimentos e afeições sobre o pensamento linear e a racionalidade; a experiência em contraposição à

verdade; a inclusão ao invés da exclusão; a participação em contrapartida ao individualismo. Essas seriam as bases para afastar a crença cristã na verdade “absoluta” e levar à autenticidade, ao “novo tipo de cristão [...]” (MEISTER, 2006, pag. 104)

A linguagem, o culto e a pregação, ou seja, a comunicação da mensagem, para a mente pós-moderna não acontece de forma linear, precisa ser em forma de rede, como um site da internet. A proposta fundamental é um culto experimental e multissensorial, numa atmosfera trabalhada por luzes, velas, símbolos, mensagens multimídia, arte estática e em movimento. Tudo com o objetivo de atrair o jovem pós-moderno.

Para Dan Kimball (apud Meister), autor do livro *Emerging church* (2004):

O cristianismo do modernismo é fundamentado no monoteísmo racional e na religião proposicional, com uma sistemática local e uma verdade individualista. Já na era pós-moderna o cristianismo se fundamentará no pluralismo experimental, na narrativa mística, fluída, global, e na preferência comunal/tribal. (KIMBALL, apud Meister, 2006).

Hoje observa-se que muitas denominações têm assumido a posição de igreja emergente sem as características da igreja defendida por McLaren, essas denominações assumem o nome tão somente para designar comunidades que buscam fugir do padrão tradicional das igrejas históricas, procuram apresentar um culto mais participativo aos seus membros através de uma abordagem, comunicação, mais contextualizada com as características dos tempos atuais, sem, contudo, ocorrer perdas teológicas.

2. TEOLOGIA RELACIONAL

A teologia relacional, de forma sintética, pretende apresentar uma resposta para o sofrimento humano. De acordo com Santos (2007) a teologia relacional tem ligações com o movimento ocorrido nos Estados Unidos, conhecido como teísmo aberto. É apresentada por seus defensores como uma nova perspectiva hermenêutica sobre Deus, pragmática e bíblica, no sentido de solucionar os conflitos e contradições entre a crença em um Deus soberano e uma realidade marcada

pelo sofrimento.

O principal ponto a ser observado é que na teologia clássica o futuro já aconteceu, tanto pelos decretos quanto pela onisciência de Deus, que já sabe todas as coisas. Na teologia relacional o futuro inexistente e Deus nos chama para sermos parceiros de sua construção (GONDIN RODRIGUES, apud SANTOS, 2007, pág. 29).

Valdecir da Silva Santos (2007) apresenta o seguinte resumo do que é apresentado pela teologia relacional:

Resumindo, na perspectiva relacional o futuro está em aberto para ser construído, em conjunto, com Deus e pelo ser humano. Logo, ninguém, nem mesmo Deus, pode conhecer exaustivamente o futuro, pois ele ainda não existe e, por amor às suas criaturas, o Altíssimo decidiu limitar-se quanto ao conhecimento a este respeito e sujeitar-se a riscos e surpresas advindas dessa construção em parceria com o ser humano livre. (SANTOS, 2007, pág. 29)

Ao propor uma reinterpretação teísta que limita a onisciência de Deus, tal proposta extrapola o entendimento de que poderia ser tão somente um desenvolvimento do Arminianismo, levando o livre-arbítrio humano às últimas

consequências, conforme expõe Santos.

De forma geral, a teologia relacional apresenta um Deus limitado pelo ser humano conforme o artigo Teodicéia de Ed René Kivitz, que afirma: “Na verdade, ‘Deus não tinha escolha’. Ao criar o ser humano à sua imagem e semelhança, deveria criá-lo livre.”

De acordo Santos (2007), “Os assuntos levantados por essa teologia contrariam não apenas os pontos fundamentais da fé reformada, mas algumas doutrinas essenciais defendidas por todos os ramos da igreja cristã.” Nicodemus Lopes (apud SANTOS), sintetiza a teologia relacional nos seguintes elementos: “(1) o atributo mais importante de Deus é o amor, (2) Deus não é soberano, (3) Deus ignora o futuro, pois ele vive no tempo e não fora dele, (4) Deus se arrisca, (5) Deus é vulnerável e (6) Deus muda.”

Observamos que a teologia relacional busca apresentar não uma resposta ao problema do sofrimento, mas sim uma justificativa e neste movimento faz um reducionismo de Deus, fazendo com que Ele se pareça mais com os deuses do panteão greco-romano, um deus pequeno, limitado, mas que ama a

todos e acata as inconstâncias dos seres humanos. Perfeito para esta realidade pós-moderna e antropocêntrica. Santos (2007) se posiciona contrário a este movimento.

Até aqui foram apresentados dois movimentos eclesiais de determinados “ramos” da igreja cristã. Eles apresentam características organizacionais, com linhas teológicas que tendem a “criar” ramificações cristãs. No entanto, a relação da igreja com a pós-modernidade não se resume aos movimentos apresentados, as mudanças sociais que vivemos têm trazido à luz situações existentes há muito tempo, mas que a igreja, ou não tratava por falta de conhecimento de como fazê-lo ou aplicava uma sentença única e radical. Talvez um dos reflexos mais visíveis do espírito pós-moderno seja a chamada “liberação sexual”, o que tem gerado escândalos e controvérsias nas igrejas.

Anthony Gyiddens (apud Bauman, 1998) cunha as expressões “sexualidade plástica”, “mero relacionamento” e “amor confluyente”, para descrever a desconfiguração do sexo dentro do conceito de direitos adquiridos e deveres assumidos em um relacionamento.

BAUMAN menciona duas revoluções sexuais, sendo que a primeira colocou o sexo como instrumento de construção social através do casamento e de toda sua estrutura para cumprir as regras de decência e moral, a segunda como instrumento de acúmulo de prazer e sensações.

Se, no curso da primeira revolução sexual, o sexo converteu-se num maior material de construção das estruturas sociais duráveis e das extensões capilares do sistema global de construção da ordem, hoje o sexo serve, antes e acima de tudo, ao processo de atomização em andamento; se a primeira revolução relacionava a sexualidade com a confissão e preservação das obrigações, a segunda transferiu-a para o reino da coleção de experiências; se a primeira revolução dispunha de atividade sexual como a medida de conformidade com as normas socialmente promovidas, a segunda redispunha como o critério de adequação individual e aptidão corporal – os dois maiores mecanismos de autocontrole na vida do acumulador e colecionador de sensações. (BAUMAN, 1998, pág. 183)

Atualmente vemos que a segunda revolução sexual, caracterizou-se pela libertação da atividade sexual das respectivas funções sociais, citadas por Bauman (1988), que

constrangiam o impulso libidinal. Nesta área se encontra a prática da homossexualidade, que tem sido expressa, de forma geral, como um caminho em busca da liberdade pela escolha de como, quando e por quem sentir-se atraído, ou amar. Portanto, uma expressão máxima da emancipação sexual.

Sobre este tema, Valdeci Santos, em seu artigo *Homossexualidade: da Repressão à Celebração* (Fides Reformata XX, nº 02, 2015) faz uma análise do movimento que trata da defesa da homossexualidade bem como das etapas e métodos aplicados nessa chamada emancipação ao final aponta ponderações que julga relevantes à prática cristã conservadora,

Santos (2015) inicia afirmando que, atualmente, todos, inclusive e especialmente igrejas, são julgadas por suas crenças sobre a homossexualidade. Que, a partir da década de 1960, estudos e movimentos em prol da liberação sexual fez com que nos anos finais do século XX e início do século XXI, a homossexualidade passasse de alvo de preconceitos a uma mera opção individual, com a ideia de ser uma expressão amorosa como tantas outras, própria e saudável entre duas pessoas. Considera como marco para tal fato os estudos de

Alfred C. Kinsey, que fez com que se perdessem os limites para a expressão sexual.

Há que admitir, porém, que o esforço do pesquisador americano contribuiu para a destruição do conceito de “sexo normal” na sociedade, pois “antes de Kinsey as pessoas chamavam amor sexual de “ato conjugal”. Depois de Kinsey, os limites para a expressão sexual foram perdidos. (...) “em anos recentes, a promoção da homossexualidade e da bissexualidade – que agora são protegidas e até mesmo promovidas pelo Estado – vêm destruindo a heterossexualidade normal”. (SANTOS, 2015, p. 64).

Na visão de Santos (2015), a mídia, em especial a televisiva, teve forte papel nesta transformação, relatando programas de telenovelas ao longo de pouco mais de 10 anos, com polêmicas sobre apresentar ou não um beijo entre homossexuais, até que finalmente em 2011 mostrou um beijo entre pessoas do mesmo sexo. Também ações de mídia, através de vários tipos diferentes de programas televisivos, têm ações de promoção do estilo de vida homossexual. No entanto, salienta que mesmo com a conquista de tanto espaço a militância ataca sistematicamente a igreja.

A homossexualidade ganhou status de estilo de vida, e este estilo tem se demonstrado muito lucrativo, principalmente considerando os eventos e programações direcionados a este público. No Brasil, o processo de normalização social utilizou-se inclusive dos caminhos da política partidária.

Aliás, Douglas Borges e Wilson H. Silva remontam a origem do movimento homossexual à atuação dos militantes políticos criadores da Facção Homossexual da Convergência Socialista, que foi aliada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). (SANTOS, 2015, p. 77)

Santos (2015) discorre sobre as confusões religiosas que têm ocorrido, pela dificuldade da Igreja em lidar com o assunto, afirmando que o “cenário religioso ocidental se encontra marcado por movimentos de acomodação das crenças e posicionamentos cristãos históricos”, tendo passado ao longo da história pela aversão, omissão e atualmente pela compaixão. Exemplo é a existência de instituições cristãs com trabalhos focados no tema como Exodus Brasil, Abraceh, MOESES e

Ministério Hesus. No entanto, também têm ocorrido movimentos no sentido de justificar ou demonstrar a necessidade de aceitação da homossexualidade na igreja cristã.

Sob a premissa de que se pode fazer uma síntese de homossexualismo e cristianismo, ativistas homossexuais e alguns religiosos se agruparam, para organizarem denominações e desenvolveram uma teologia: a “teologia gay”. Diante dos argumentos religiosos pró-homossexuais, alguns cristãos, em um esforço de se apresentarem compreensivos, tolerantes, amorosos e livres de preconceitos, passaram a reconhecer e até defender a homossexualidade como uma opção individual. (SANTOS, 2015, p. 83)

Nas ponderações à igreja cristã conservadora, Santos (2015) propõe que a tentativa de criar um cristianismo cultural, ou seja, de aculturar o evangelho sendo inclusivista é um grande erro, uma vez que o cristianismo no mundo é um milagre divino. Da mesma forma, condena as tentativas de imposição de padrões morais bíblicos às pessoas não convertidas, que não têm compromisso com a palavra de Deus. Finalmente, afirma que o descuido da igreja e dos crentes sobre a importância do casamento, que hoje nada mais é do que um

“acordo” entre duas partes, e de igual forma no descuido com o combate ao divórcio, contribuiu para a destruição da família.

3. FÉ REFORMADA

Diante dos desafios que a igreja tem enfrentado em suas relações com a pós-modernidade, Valdeci da Silva Santos, em seu artigo *Quem é Realmente Reformando? Relembrando Conceitos Básicos da Fé Reformada* (Fides Reformata XI, nº 02, 2006) se propõe a oferecer “uma visão panorâmica da fé reformada na busca de uma identificação mais precisa dessa tradição”. O autor utilizou informações acerca do crescente interesse de jovens pela teologia reformada nos Estados Unidos da América. Verificou que esse interesse é maior que o interesse pelo movimento da Igreja Emergente. O autor estabeleceu um mapa geral da história da igreja reformada com seus principais pontos doutrinários e uma perspectiva cultural baseada na teologia apresentada.

Sob o aspecto histórico, Santos (2006) argumenta que o teólogo reformado submete suas reflexões teológicas à autoridade das Escrituras, tendo esta como fonte última de sua

teologia. Discorre sobre a diferença entre a reforma produzida pelos luteranos e a igreja reformada, tendo seus maiores expoentes na Suíça, com Ecolampádio (Basiléia), Zuínglio e Bulinger (Zurique), Bucer (Estrasburgo) e Calvino (Genebra). Estes reformadores ressaltavam a autoridade primária e insuperável da Palavra, sem desprezar as interpretações dos teólogos do passado, especialmente os pais da igreja.

Sobre as peculiaridades da expansão da fé reformada, Santos (2006) informa que houve embates e enfrentamentos ao longo dos anos, destacando o desafio apresentado pelo iluminismo que recebeu três respostas básicas da igreja cristã: 1º. O liberalismo teológico; 2º. O fundamentalismo conservador e 3º. Ênfase no evangelho social.

Sob determinados aspectos, a igreja em suas relações com a pós-modernidade vivencia o aprofundamento da primeira resposta, o liberalismo teológico, correndo o risco de vivenciar este liberalismo de forma extremada.

[...] o liberalismo teológico, que buscou contextualizar a mensagem cristã ao pensamento da época. O problema com essa abordagem foi que ela resultou mais em

acomodação do que em contextualização, o que resultou em um sincretismo que reduziu a fé cristã a algo que negava a própria essência do cristianismo. (SANTOS, 2006, p. 128).

Sob o aspecto dos princípios doutrinários Santos (2006) esclarece que a fé reformada é muito mais do que apenas a doutrina da predestinação ou do que os chamados cinco pontos do calvinismo (TULIP), resumindo as várias ênfases doutrinárias da teologia reformada em seis tópicos: 1) A majestade de Deus – afirmando que o princípio fundamental [do calvinismo] é a doutrina de Deus. 2) A autoridade das Escrituras – sendo esta o princípio formal, que possui a própria autoridade divina. 3) A condição espiritual do ser humano – totalmente depravado, pois é egoísta e não busca a Deus. 4) A suficiência da obra de Cristo – tendo exercido o ofício de profeta, sacerdote e rei, sendo tanto o sujeito como o objeto da profecia bíblica, executando sua obra com perfeição e dando certeza da salvação. 5) A soberania de Deus na salvação – sendo salvação um ato da soberana graça de Deus, ela é uma realidade segura nos céus. 6) A centralidade da pregação nas missões – é

o meio estabelecido por Deus para o desempenho da atividade missionária da igreja, a fé e a confissão necessárias para a salvação são resultados diretos da pregação daqueles que são enviados pela igreja.

Sob o aspecto da perspectiva cultural Santos (2006) procura diferenciar criação como aquilo que Deus fez e cultura como aquilo que ele ordenou que os seres humanos fizessem. Mesmo que a presença do pecado no mundo tenha dificultado o cumprimento da ordem de Deus, o mandato cultural não foi ab-rogado com a queda, tendo Deus reafirmado no tempo de Noé. O autor defende o conceito de graça comum, que vem sobre justos e injustos, e por último o conceito de vocação profissional que deve ser utilizado para a glória de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os desafios da pós-modernidade para a igreja são enormes e mesmo dentro das comunidades cristãs tem ocorrido confusão, ora tentando estabelecer uma “nova teologia”, ora não querendo entender que as mudanças sociais e sociológicas impõem reavaliações das realidades locais e

novas contextualizações para o anúncio efetivo do evangelho de Jesus Cristo. O que não isenta os servos do Senhor da responsabilidade de conhecer seus contextos e anunciar a palavra de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MEISTER, Mauro. **Igreja Emergente, a igreja do pós-modernismo? Uma avaliação provisória**. Fides Reformata XI, nº 01, 2006, pág. 95-112. São Paul: Editora Mackenzie, 2006.

SANTOS, Valdeci da Silva. **A Teologia Relacional: suas conexões como teísmo aberto e implicações para a igreja contemporânea**. Fides Reformata XII, nº 01, 2007, pág. 27-55. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

SANTOS, Valdeci da Silva. **Quem é Realmente Reformado? Lembrando Conceitos Básicos da Fé Reformada**. Fides Reformata XI, nº 02, 2006, pág. 121-148. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SANTOS, Valdeci. **Homossexualidade: da repressão à celebração.** Fides Reformata XX, nº 02, 2015, pág. 71-91. São Paulo: Editora Macke

ARTIGO 4

A PATERNIDADE DIVINA NO “PAI NOSSO”:
CONSEQUÊNCIAS

Luiz TARQUINIO*

RESUMO: A presente pesquisa trata da paternidade divina e suas repercussões na formação cristã. O estudo, que se faz sob a ótica dos conceitos consignados na oração do “Pai Nosso”, e que se fundamenta em materiais bibliográficos qualitativos, visa a examinar a definição de Deus-Pai e as consequências desta realidade para a formação cristã. O objetivo desta pesquisa não é focar amplamente em todo o conteúdo disponível na oração conhecida como “Pai Nosso”, ainda que alguns deles sejam aludidos de maneira tangencial. Contudo, o foco mais preciso é grifar o recorte introdutório, mais precisamente o destinatário da respectiva oração, ou seja, o "Pai". A oração paradigma do cristianismo não foi elaborada com vistas a servir de padrão recitativo ou como uma fórmula mágica que dispara a ignição do poder de Deus, mas a fim de

* Doutorando em Teologia pela PUC-PR; Mestre em Teologia (FABAPAR); Licenciando em Filosofia (Claretiano), Bel. Em Direito (UNICAM) e Teologia (STBNE); Pastor Batista (CBB); Email: luizafelizola@hotmail.com

fornecer conceitos e definições gerais acerca de como se deve orar. A primeira palavra que se encontra na suma oração demonstra que tipo de divindade se está adorando. O destinatário da oração é, antes de tudo, o Pai. Esta mudança de trato referente à pessoa divina enseja a transformação do olhar humano em relação à deidade. Com isso, Deus anseia demonstrar que mais do que ser adorado como todo poderoso, deseja sê-lo porque seja o dotado de ternos de inumeráveis afetos. Ao perceber esta influência, detectou-se, como resultado desta pesquisa, que o reconhecimento de Deus como Pai enseja maior possibilidade de os religiosos desfrutarem de mais saúde e vitalidade emocional.

PALAVRAS-CHAVE: Oração; "Pai Nosso"; Paternidade; Amor Paterno; Reza.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz à baila o assunto acerca da paternidade divina, uma das verdades reveladas na oração do “Pai Nosso”, e sua importância na formação cristã, visando a traduzir o conceito de Deus-Pai em destaque no “Pai Nosso” e analisar suas consequências na formação daqueles que seguem a religião cristã.

A oração do “Pai Nosso” carrega inerente variado cabedal pedagógico. Há conceitos bastante definidos em seu conteúdo, principalmente no que tange ao atributo paterno da divindade. Ao contrário do que muitos acreditam, a oração que Jesus ensinou, antes de ser uma fórmula que deva ser mecanicamente repetida, contém importantes núcleos pedagógicos, que deveriam ser analisados com mais minudência, mormente sob o enfoque de quem seja o Deus a quem é dirigida a respectiva oração.

O próprio Jesus, à guisa de introdução acerca de como se deva orar, ensinou: “E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios; porque presumem que pelo seu muito falar

serão ouvidos.”⁶ Parece claro, portanto, que tal oração carrega consigo muito mais carga pedagógico-teológica do que se imagina. Sua intenção não é servir como um modelo pronto de oração para os fiéis repetirem a esmo. Fosse assim, a mera recitação *ipsis literis* encaixaria perfeitamente. Entretanto, o parecer de Jesus foi no sentido de que, em verdade, as meras repetições, destituídas do interesse vinculado ao seu conteúdo, tornam a recitação vazia.

Na presente pesquisa o mérito se restringirá principalmente à figura do Pai presente na oração do “Pai Nosso” e em suas consequências para a formação cristã. O que Jesus queria ensinar por meio da “Suma Oração”? Teria Jesus desejado ministrar uma fórmula oracional ou ministrar um tratado teológico acerca do orar? Como a relação de intimidade com o ser adorado afeta a vida dos adoradores? Até que ponto essa mudança de significado acerca de Deus modificou o olhar humano em relação ao divino? Quais as consequências causadas na vida de quem realmente compreende a

⁶ Bíblia de Estudo Genebra. Versão Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida. São Paulo. Sociedade Bíblia do Brasil. Mateus Capítulo 6.7.

paternidade divina? Esta realidade influencia a relação entre o homem e Deus? São perguntas a que o presente artigo almeja responder.

Parece, entretanto, não haver aspecto místico na referida oração, as palavras ali consignadas não possuem força fantástica, não são como chaves adequadas para ativar as portas da graça de Deus, ao contrário, trazem no bojo princípios teológicos acerca do Criador, indicam de maneira clara quais seriam os mais importantes objetos da oração, fomentando a confiança daquele que ora em relação Àquele que recebe a oração, e o mais importante, discerne de fato quem seja a pessoa divina. Destarte, o objetivo deste trabalho não é focar amplamente em todo o conteúdo disponível na oração conhecida como “Pai Nosso”, ainda que alguns deles sejam aludidos de maneira tangencial, mas o foco prioritário é grifar o recorte introdutório, mais precisamente o destinatário da oração, ou seja, o Pai. É para Ele que se deseja olhar com maior atenção. Isto, ao contrário de ser um argumento contra a elaboração de novos estudos sobre outros pontos concernentes à suprema oração, anseia por fomentar futuros pesquisadores a

se deterem no manancial intenso de conteúdos existentes na oração ensinada por Jesus, pois seguramente tesouros serão descortinados e revelados.

Pretende-se ao final da pesquisa contribuir com aqueles que anseiam por conhecer melhor a Deus, oferecendo subsídios para que possam compreender mais precisamente a realidade acerca da pessoa divina, demonstrando a importância de se enxergar a Deus como Pai, descrevendo também a influência deste conhecimento na formação cristã. A pesquisa se aterá principalmente no “Pai Nosso”, com o escopo de elucidar o importante atributo da paternidade divina, com o fim permanente de demonstrar como este caractere pode influenciar a relação dos homens com Deus. Para isso, abordar-se-á os conceitos existentes na oração ensinada por Jesus, sem olvidar o que já fora escrito na literatura sobre o tema.

A pesquisa será principalmente bibliográfica, fazendo o manejo de livros publicados concernentes à matéria, contando, outrossim, com conceitos e definições encontrados nas Sagradas Escrituras e que digam respeito à matéria. Como fontes secundárias, utilizar-se-á, também, dissertações e teses

de doutorado, também artigos em modelo científico. Após a seleção do material que servirá de subsídio para a pesquisa, serão produzidas fotocópias destes materiais de acordo com os regramentos legais de direitos autorais, e a partir desta compilação, o conteúdo a ser utilizado servirá de fundamento para o presente trabalho.

1. A ORAÇÃO DO “PAI NOSSO”

A oração do “Pai Nosso” é uma das orações mais praticadas pelos cristãos. Muitos a recitam, não raro, como se contivesse porção de sobrenaturalidade nas palavras contidas no seu bojo, tal como acontece nalgumas experiências mágicas em que determinados vocábulos são repetidos com vistas à realização de acontecimentos espetaculares, como relata Gundry: “Para os possuídos por demônios, eis um encantamento aprovado por Pibéchis: toma azeite extraído de azeitonas verde, junte com cogumelos e essência de lótus e ferva com manjerona (bem clarinho) dizendo: Joel, Ossrtiômi, Emor, Theoquipsóite, Sitemeoque, sai de fulano de tal” (2008,

p. 80) Inclusive, a imortalidade do espírito também poderia ser alcançado por intermédio do recitar de senhas secretas que supostamente abririam os portais da eternidade para os fiéis, afastando todos os demônios perseguidores de suas almas para longe de si.

Entretanto, a intenção de Jesus ao proferir o ensinamento a respeito da “Suprema Oração” não foi erigir um sistema criptográfica de signos específicos que ativasse o poder de Deus. Não foi este o escopo de Jesus ao propor o modelo oratório, até porque as palavras contidas nos textos dos evangelistas Mateus e Lucas são distintas. Se o objetivo fosse ensinar senhas fantásticas dotados de poderes específicos, certamente os termos seriam iguais. Diante disso, parece não haver espaço para outra interpretação referente ao “Pai Nosso”, à revelia do fato de que Jesus desejou ensinar princípios que deveriam caber em todas as orações, muito mais do que forjar calhamaço vocabulares dotados de poderes específicos e sobrenaturais, aptos a ativar a atenção de Deus em direção àquele que está realizando a oração.

No mesmo diapasão, isto é facilmente percebido no introito produzido pelo evangelista Mateus que precede à oração: “E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios; porque presumem que pelo seu muito falar serão ouvidos. Não vos assemelheis, pois, a eles; porque Deus, o vosso Pai, sabe o de que tende necessidade, antes que lho peçais.”.⁷ Ora, se já na introdução, Jesus ensina acerca da inviabilidade das meras repetições, é porque sua intenção não era, por lógico, incentivá-las, o que reforça o ideia de que os princípios constantes no “Pai Nosso” são as peças fundamentais, e não os meros vocábulos. Tal proposta não impõe inferir a inviabilidade da prática de os cristãos recitarem *ipse literis* as palavras contidas na conhecida súplica, desde que, pelo menos, seja observado de fato o que se diz. Mas uma repetição automática não poderá ser considerada o ideal do ensino apostólico.

No seu magistério, Gundry adverte: “A Oração do Senhor ou Pai-Nosso (pater Noster em latim), está aqui como

⁷ Bíblia de Estudo de Genebra. **Versão Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida**. São Paulo. Sociedade Bíblia do Brasil. Mateus 6:7-8.

exemplo da economia de palavras contra o acúmulo de frases vazias presentes nas orações pagãs” (2011, p. 231). Na visão do autor, pois, as palavras de *per si* não tem o condão de ativar a comunicação com Deus, não são elas que engatam a atenção do Destinatário. As orações pagãs costumavam possuir códigos específicos e palavras-chaves capazes de produzir determinados efeitos caso fossem recitadas corretamente por diversas vezes, como lembra Richards:

A adoração oficial em Roma exigia a repetição de fórmulas religiosas memorizadas. Se o sacerdote cometesse um único engano, todo o culto deveria ser repetido. Em contraste, Jesus nos lembra que a oração é a expressão de um relacionamento pessoal, e não um rito religioso. Os pagãos confiam no ritual. O povo de Deus entra espontaneamente na presença daquele a quem conhecem como Pai celestial (2015, p. 31).

Em relação a tal fato, Richards afirma que a oração do “Pai Nosso” não consiste num conjunto de palavras mágicas que devam ser repetidas a fim de ativar a atenção divina, mas sim uma revelação da atitude com a qual se deve aproximar do Deus, o Pai (2012, p. 608)

Além de ser Deus, Iavé é Pai. Por dentro das veias do discurso de Jesus encontra-se o conceito do Deus “Aba”, conforme contido no Evangelho de Marcos Capítulo 14, verso 36.⁸ “Aba, Pai” carrega consigo um importante núcleo pedagógico. Segundo a lição de Santos a palavra “Aba” seria uma transliteração da antiga língua aramaica, tendo o significado de “Pai” (SANTOS, 2011, pg.11). Ou seja, a repetição duplicada da palavra “Pai” tem em vistas reforçar seu sentido, dar ainda mais substância ao termo. A palavra siríaca – dialeto relacionado ao aramaico – “Aba” indica a ênfase que Jesus desejou atribuir ao vocábulo relacionado à paternidade (HENRY, 2008, p. 489).

A reiteração tem em vista repetir em duas línguas o sentido da palavra, elucidando a verdade relacionada à pessoa de Deus. Neste mesmo sentido, Gundry ensina: “Aba é o termo aramaico para ‘Pai’, fazendo supor a percepção de filiação que Jesus tinha em relação a Deus” (2011, pg. 204.). Inclusive, era proibido que um servo utilizasse tal vocábulo para se referir ao

⁸ **Bíblia de Estudo Genebra.** Versão Revista e Atualizada de João Ferreira de Almeida. São Paulo. Sociedade Bíblia do Brasil. Mateus Capítulo 14:36

pater familias, uma vez que a expressão era privativa dos filhos de sangue. Segundo Pagola, Aba era uma expressão eminentemente familiar (2012). É nesta dimensão que Jesus inaugura o conceito de paternidade divina e a aplica ao “Pai nosso”.

1. O PAI NO “PAI NOSSO”

O termo “pai” é um vocábulo original do idioma grego, que faz parte da família idiomática indo-européia, (BROWN, 2000) encontrando variações no latim. A palavra Πατήρ (*patēr*) é encontrada por diversas vezes nos textos do Novo Testamento (DENHAM, 1994.). Há, também, derivações do termo no sânscrito *pitár* e no persa antigo *pitár*. (KITTEL, 1964). A Septuaginta, Antigo Testamento traduzido para o grego, já se utilizava da palavra *patēr* para traduzir o vocábulo hebraico *‘ab*, e geralmente era usado num sentido secular, e somente de modo ocasional com um viés religioso (BROWN, 2000). No grego secular, principalmente em Homero, na sua conhecida obra Odisseia, a palavra era empregada para se referir à figura de um patriarca, mas também podia ser usada para declamar

um signo honorífico. (BROWN, 2000). O radical *pater* nada mais é do que a expressão exata da palavra ‘pai’ em português, e também serve de base para as palavras pátria, patriota e patriarca. Na terminologia romana, pai (*pater*) era o líder da família (*paterfamiliae*) que, como cidadão de Roma, tinha ingerência no exercício da soberania do Estado. (SILVA, 2014).

Segundo Stella, a oração é acompanhada da invocação a um Ser supremo (1970) A oração do “Pai Nosso” começa fazendo menção especial à figura para quem a súplica é dirigida, qual seja o Pai. O destinatário de uma dada oração exemplifica de modo cabal com que tipo de religiosidade se está trabalhando. Ao escutar a oração de uma dada pessoa, entendendo a quem está se dirigindo, pode-se de pronto verificar sua confissão, pois a divindade citada é parte determinante da experiência religiosa. Ao ensinar seus discípulos a orarem, Jesus indicou o destinatário. No centro da religiosidade cristã, passou, portanto, a figurar um ser chamado de “Pai”.

De acordo com as escrituras o nome de uma pessoa indica seu caráter. Em contraposição aos variados nomes

existentes de divindades à época, o nome de Deus: “EU SOU O QUE SOU” inspirava por si só espanto e admiração. (CHAMPLIN, 2000). Por intermédio do seu nome, o desejo de Deus era causar tais sensações. No mundo antigo, pensava-se que os nomes estivessem intimamente relacionados à essência da pessoa. Saber como era o nome de alguém importava em verticalizar o conhecimento acerca de sua natureza ontológica, obtendo potencialmente a oportunidade de dominá-la. (ALTON; MATTHEWS; CHAVALAS, 2003). Mas tais princípios não eram pertinentes tão somente às divindades, aplicava-se também aos nomes de indivíduos. Há nas Escrituras diversos nomes de pessoas que tinham significações específicas. A começar de Adão, que significa “proveniente da terra”, até Jesus, que assenta o princípio de que “Iavé salva”.

Percebe-se, destarte, que ao indicar o nome do destinatário da oração do “Pai Nosso”, Jesus ansiava demonstrar a realidade última acerca da pessoa divina, e sua relação com os homens. Não foi a esmo que iniciou sua oração modelo focando em quem seria o respectivo destinatário daquela súplica. O Deus-Pai era o responsável por receber as

orações dos religiosos. Ou seja, diante da oração, signo maior de uma dada religiosidade, como já visto, Jesus parece negritar o fato de que Deus é, além e acima de tudo, Pai. É para Ele que os discípulos deveriam dirigir súplicas; é para Ele que os cristãos são animados a pedir o alimento diário, é o Reino deste Pai que os religiosos são incentivados a pedir que venha.

A importância singular do “Pai Nosso” reside no fato de ser a oração ensinada por Jesus. Nela está contida, ademais, o núcleo teontológico da doutrina neotestamentária que atribui a Deus paternidade. Desde muito cedo, Jesus identifica Deus como Pai. O Evangelho de Lucas notícia que uma das primeiras palavras ditas por Jesus tinha relação com o Pai (HASTINGS, 1924); e uma das últimas proferidas por Ele também. “E, clamando Jesus com grande voz, disse: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito. E, havendo dito isto, expirou.”⁹ Um garoto de doze anos chamava Deus de Pai, mais de vinte anos depois, no final de sua vida, as últimas palavras tinham também relação direta com o Pai. O Reino de Deus, em verdade,

⁹ Bíblia Sagrada. **Versão Corrigida de João Ferreira de Almeida**. São Paulo. Sociedade Bíblia do Brasil. Lucas Capítulo 23:46.

que Jesus desejava instalar na terra é um reino comandado pela figura de um Pai (HASTINGS, 1924).

O Deus pintado por Moisés, que somente podia ser visto pelas costas, em Jesus, vira-se de frente e estende as mãos para a humanidade em símbolo de uma adoração amiga. Contudo, há quem defenda outro ponto de vista, vendo a indicação de que Deus está nos céus, como leciona a sagrada oração do “Pai Nosso”, como um fator a ensejar reverência. Rienecker, por exemplo, defende a ideia de que não se poderia chama-lo de “paizão”, pois isto seria demasiadamente irreverente em relação ao divino. Para ele, a petição “Pai nosso, que estás nos céus,” significa a importância do cuidado em relação à santidade de Deus, pois: “Estamos radicalmente impedidos de transformar Deus-Pai em nosso ‘paizão’. A expressão “Pai nosso, que estás nos céus” combina a bondade, que gera confiança, com a reverência mais sagrada. Qualquer intimidade grotesca e falsa fica de antemão excluída. A confiança no Pai jamais pode tornar-se uma familiaridade irreverente. Pois o Pai é e permanece santo” (RIENECKER, 1998, p. 104). Mas será que de fato não poderia existir vínculo

intimista e respeito ao mesmo tempo? Será que toda intimidade no trato implica em perda de autoridade? Parece que tais respostas devam encontrar uma negativa.

Ao estudar os Evangelhos, apercebe-se que o próprio Jesus permite uma aproximação física que para alguns poderia beirar a irreverência. O “discípulo amado”, *verbi gratia*, encosta-se carinhosamente no corpo de Jesus e não recebe qualquer admoestação para não fazê-lo. Da mesma forma, a mulher doente com fluxo de sangue toca em Jesus, e não há quaisquer dificuldades de Ele aceitar esse fato. Era prova de uma grande amizade, não de desrespeito. (CARSON, 1991)

Caso Deus não quisesse intimidade não teria se feito homem, nem mesmo vindo em carne. A encarnação é a maior prova de que Deus não se sente tolhido na sua grandeza por relacionar-se conosco, ao revés, regozija-se no contato íntimo de uma relação amistosa, e assim como se encontrava com o homem no Éden despido de protocolos – pois Adão ainda não tinha sido preenchido pelo pecado – ainda mais agora depois da limpeza operada por Jesus na humanidade por meio do sacrifício Calvário.

Não há passagens no Antigo Testamento que contenha a invocação de Deus como Pai. As ideias acerca da paternidade divina existem, mas os textos não são invocativos, mas sim sentenças afirmativas (CARSON, 1991). Há uma história judaica que afirma que quando a região estava carente de chuva, os mestres chamavam as crianças da escola para lhes agarrarem a franja do manto de suas roupas suplicando: “paizinho, paizinho, dá-nos chuva”. Então, os mestres oravam a Deus pedindo ao Senhor misericórdia por aquelas crianças que não sabiam distinguir entre um pai-mestre, incapaz de lhes deferir bênçãos, e o Pai-do-Universo, este sim, competente para responder-lhes as petições. (JEREMIAS, 1971) Destarte, apercebe-se que havia ainda no judaísmo o gérmen do modelo de uma divindade dotada de elos paternais. No livro de Ben Sira, um professor judeu que viveu na palestina no século II a. C., há determinadas invocação a Deus como “Senhor meu pai, e o Mestre da minha vida”. Tal fato dá indicações acerca de alguma noção, dada pelo judaísmo, concernente a um Deus dotado de atributos paternos.

Ademais, toda introdução traz no seu bojo a essência do que será conceituado *a posteriori*. Ela é utilizada geralmente para fazer uma apresentação do que será dito adiante (TASKER, 1971), focando especialmente as definições eleitas como de maior importância para o redator. Na oração do “Pai Nosso”, verifica-se claramente, por intermédio da introdução que lhe serve de introito, representado principalmente pela primeira palavra, que um dos seus fundamentos é a indicação de que Deus seja Pai. É exatamente com a palavra “Pai” que Jesus inicia a lição de como seus discípulos deveriam orar. Tal fato não se assenta tão somente no fato de ser este o destinatário da oração, mas também tem o fito de sublinhar, desde logo, uma definição clara acerca da divindade.

O que Jesus ansiava, em verdade, levando em conta os diversos signos contidos no enredo da “Suma Oração”, era principalmente deferir a noção exata de que Deus é Pai. Se como afirmou o texto juntado acima, a comunicação está de maneira essencial vinculada ao código, a maior lição deixada por Jesus no “Pai Nosso” foi comunicar que Deus era Pai. Portanto, percebe-se não ter sido a esmo que Jesus introduziu

sua oração chamando inicialmente Deus de Pai. Hendriksen testifica, com a lucidez que lhe é peculiar, que o Senhor dos senhores é ao mesmo tempo um Deus poderoso e familiar, que preza não pelo medo dos homens mas pelo seu amor (HENDRIKSEN, 2007). Afinal de contas, o que significaria para qualquer pai obter o mero respeito dos seus filhos mas permanecer a léguas do seu afeto. O desejo último de quaisquer pais é amar e ser amado, e uma das maiores características daquele que ama é marginalizar a distância, aproximando-se do ser-querido.

2. CONSEQUÊNCIAS DA VISÃO DE UM DEUS-PAI

A dimensão do “Pai Nosso” não carrega meramente o aspecto vertical, ou seja, a dimensão homem-Deus, mas traz no seu conteúdo também o âmbito horizontal, isto é, o aspecto homem-homem. Se Deus é chamado de “Pai Nosso”, importa afirmar que aqueles que realizam a suprema oração são antes de tudo membros da mesma família, haja vista possuírem o mesmo Pai. São, portanto, irmãos, o que termina por gerar, nalgum sentido, a ideia de um maior compromisso entre eles.

Relação esta que envolve a noção de fraternidade espiritual. A visão exata da pessoa de Deus, desta forma, termina gerando vinculação familiar entre os religiosos. Eles não são tão somente pessoas que se reúnem em torno de uma dada religiosidade, mas que estão enleados com vínculos fraternos. Essa visão familiar traz junto consigo a realidade adjunta acerca da impossibilidade de se escolher os irmãos. O compromisso familiar se espria para além daquilo que o outro tenha ou seja.

Na oração ensinada por Jesus, Deus não é monopólio pessoal de uma pessoa, mas de todos aqueles que desejarem tê-lo como Pai. Esse é o motivo de pluralizar o pronome utilizado. Deus na oração não é o “meu Pai”, mas o “Pai Nosso”.

Esse vínculo familiar perpassa todos os centímetros dessa oração, indicando o tipo de relacionamento esperado dos homens em resposta ao amor dispensado por Jesus. O orante aproxima-se de Deus como membro de uma comunidade e não como um indivíduo isoladamente. A pessoa é desviada de si própria e de seus particulares interesses, a fim de integrar-se à comunidade chamada Igreja (RIENECKER, 1998). A utilização do plural evidencia a grande importância dada por Jesus à

sociabilização no processo de invocação a Deus (BROADUS, 1942). Jesus caminhou e conversou com seus discípulos da mesma forma que Deus conversou com Adão e Eva (JACOBS, 2010)

Há quem entenda a oração do “Pai Nosso” como uma oração para ser feita em família, ou seja, uma prece que deveria ser feita pelos seus membros: pai, mãe, filhos e filhas. Entretanto, tal não parece ser a conceituação ideal, a não ser que se entenda como família a Igreja (BARCLAY, 1972). Esse ponto de vista se assemelha exato, até pelo fato de ter sido endereçada aos seus discípulos e muitos deles ainda não possuir uma família.

O termo “Pai” é a expressão que melhor qualifica o Deus cristão (BARTH, 1958). Para Harnack, a compreensão acerca de Deus é demasiadamente facilitada quando analisada à luz da ideia de Ele ser Pai, e exaltar em muito a importância do filho. No fato de ter transformado os homens e mulheres em filhos, repousa o descanso que se pode usufruir por meio da mensagem cristã. O fato de os homens serem filhos de Deus

transforma o cristianismo numa religião bastante particular (HARNACK, 1902).

Parece ter sido exatamente o fato de Deus se apresentar como Pai que melhor identifica o cristianismo, que pode ser resumido como a “Religião da Família”, local onde o sagrado ganha ternos de intimidade no coração do adorador e onde Deus recebe o nome de Pai. “A paternidade de Deus está, pois, nas raízes da fé cristã” (RODRIGUES, 2001, p. 51). Rodrigues defende que:

Jesus teve no Pai – Aba – a fonte permanente de sua identidade, a sua experiência mais radical, da qual brotava sempre de novo suas palavras, seu modo de ser e a consciência de sua missão. Todos conhecemos a sua resposta a Filipe que pedia lhe mostrasse o Pai: “Faz tanto tempo que estou no meio de vocês, e você ainda não me conhecesse, Filipe?” (...) Em Jesus, tal como os evangelhos no-lo traduzem, a experiência de Deus, teve na expressão “Aba” a sua mais perfeita condensação”. (RODRIGUES, 2001, p. 51)

Para o Autor citado, portanto, alguns ensinamentos evangélicos poderiam ser resumidos na compreensão de ser

Deus um Pai. A mensagem cristã poderia ser resumida em uma ideia básica: Deus é Pai (HARNACK, 1902).

A imagem que Jesus deseja sublinhar em relação a Deus é que este não era alguém estranho e alheio, mas pertencente a um círculo intimista. Alguns acreditam que o conceito de Deus ser um pai seja algo inaugurado por Jesus, como é o caso de Richards, para quem este trato em relação ao divino seria uma novidade, principalmente pelo motivo de desprotocolizar as orações efetuadas de maneira corporativa nas sinagogas e no Templo, e que eram endereçadas a Iavé, para transformá-las em uma experiência relacional com o ser paterno. (RICHARDS, 2015)

A mudança neste trato específico, tira o orante da distância burocrática para um relacionamento de maior intimidade. A reverência fria e austera encontrada nas orações judaicas perde força para o calor da intimidade, trazendo Deus do exterior ritualístico para a nudez do quarto filial, ensejando uma relação mais real. Portanto, Deus é tirado do foro religiogístico e conduzido para a vida privada do discípulo, como Lutero ensinou no seu magistério:

Mas isso é que importa: que seja uma oração sincera, e não uma hipocrisia como foi até agora a oração deles e a nossa. Por isso, Cristo começa a ensinar-lhes o orar autêntico, mostrando como dispor-se para tal, ou seja, que não fiquem parados orando publicamente na rua, e, sim, sozinhos no recolhimento do seu quarto em casa, etc... Isto quer dizer principalmente que larguem a falsa intenção de quererem orar em função de boa fama, do prestígio ou coisa que o valha; não que fosse proibido, que não devesse orar na rua ou publicamente, pois um cristão não está preso a lugar algum e pode perfeitamente orar em qualquer parte, seja na rua, no campo ou na igreja. Só que não deve acontecer em função das pessoas, buscando proveito e renome (LUTERO, 1995, p. 118).

A partir da imagem paternal, o semblante divino é suavizado, dando início a um espectro de segurança e paz. Esta mudança de trato em relação ao divino sublinha com riscos fortes a imagem que Jesus desejava imprimir a respeito de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se ter alcançado o fim para o qual foi construído o presente artigo. A pesquisa utilizou-se eminentemente de materiais bibliográficos para a compreensão acerca do tema. A partir deles e de seu cotejamento foi sendo construídas e analisadas questões pertinentes à pesquisa. Tais fontes bibliográficas se tornaram a principal ferramenta de fundamentação teórica desta pesquisa, e formaram o lastro de assentamento de suas bases argumentativas e dos exames realizados a respeito do tema tratado.

Este estudo teve por objetivo analisar a oração do “Pai Nosso”, focando em principal a paternidade divina e sua conseqüente reverberação na vida daqueles que seguem a doutrina cristã, verificando até que ponto a mudança no trato com o divino, apresentado como Pai, modificou o olhar humano em relação a Deus.

A primeira palavra da Oração é “Pai”. Esta primeira palavra ressoará até os últimos dias de vida dos filhos, em certificação de pertencimento, como garantia inesquecível de que Deus é Pai. Por meio do “Pai Nosso”, Jesus ensinou

importantes conceitos e definições acerca de Deus, o que terminou por descortinar mais plenamente seus atributos paternais. Por exemplo, o Pai é o supridor das necessidades mais básicas do filho: Ele lhe fornece o Pão – numa simbologia de sustento integral que inclui: ar, água, correto funcionamento da mastigação e digestão –; Ele sabe o que é melhor para os filhos, por isso incentiva que se peça a Sua vontade; e também Ele é a proteção da prole: é quem livra sua criação de todos os males.

Após o presente estudo, detectou-se que a visão acerca da paternidade nos padrões expressos no “Pai Nosso”, conduz a uma visão acerca de Deus muito mais gentil e carinhosa. O Deus-Pai carrega inerente consigo uma doçura peculiar, que impulsiona seus seguidores a uma realidade de fé muito mais verdadeira, profunda e amistosa. O Deus paterno, conforme visto, não oferta temor, não deseja ser temido, mas amado e amigo. A compreensão acerca desta realidade faz do divino, um divino amigo, comprometido profundamente com seus filhos, o que enseja segurança, autoconfiança e amor próprio nos

religiosos, pois conhecem sua importância pessoal e o tamanho do amor direcionado a eles pelo Deus-Pai.

O presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema, espera ter contribuído para fomentar a divulgação do atributo da paternidade divina nos círculos cristãos, uma vez que, apesar de ser uma realidade, seu desconhecimento e falta de publicidade importará na falta de uma relação amistosa e familiar com Deus, o que desenvolverá relacionamentos homem-Deus impregnados de impertinência, medo e desconfiança. Estas situações serão evitadas se houver realmente a noção exata de quem seja Deus, se existir a compreensão de que este Deus não é um onipotente estranho e alheio, que requer despoticamente determinadas práticas e atitudes das pessoas, requestando a prostração dos homens para que Ele se sinta bem. A partir do momento em que a paternidade divina é experimentada sob os conceitos apresentados na oração do “Pai Nosso”, a religião se transformará em encontro de família e a figura divina terá o que sempre quis ter: o coração das pessoas.

O presente artigo chegou a resultados que podem contribuir para a escoreta visão acerca do atributo divino referente à paternidade, cujo domínio pode auxiliar os religiosos a contemplar o Divino realmente como Ele é, dotado de poder, glória e da suma do maior amor, representado pelo seu desejo de estar vinculado aos adoradores da maneira mais intimista possível, erigindo os cristãos à condição de filhos de Deus, graça concedida aos que seguem ao Cristo em discipulado. Finalmente, espera-se ter contribuído para a identificação da paternidade divina de maneira menos teórica e mais prática, demonstrando as consequências positivas de se olhar para Deus como Ele é, enxergando-O para além da Onipotência, da Onipresença ou da Onisciência, mas sob o enfoque principal de sua Onipaternalidade.

REFERÊNCIAS

BARTH, Karl. **O Pai nosso: a oração que Jesus ensinou aos seus discípulos**. São Paulo: Editora Critã. 2003.

BÍBLIA DE ESTUDO GENEBRA. **Versão de Almeida Revista e Atualizada**. 2ª Edição. Barueri: Sociedade bíblica do Brasil. 2009.

BROADUS, John A. **Comentário do Evangelho de Mateus**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista. 1942.

BROWN, Colin. **Dicionário internacional de teologia**. São Paulo: Vida Nova. V. II, 2000.

CARSON, D.A. **Commentary of The Gospel according to John**. Leicester: William Eerdmans Publishing. 1991.

CHAMPLIN, Russel Norman; BENTES, João Marques. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Candeia. 1995.

DENHAM, James Richard. **Concordância fiel do Novo Testamento: grego-português**. São Paulo: Editora Fiel. 1994.

GUNDRY, Robert. **Panorama do Novo Testamento**. 3ª edição. São Paulo: editora Vida Nova. 2011.

HARNACK, Adolf. What is cristianity. New York: Putnam's sons.1902, pg. 68.

HASTINGS, James. **A Dictionary of Christ and the Gospels**. New York: Charles Scribner's sons. 1924.

HENDRIKSEN, William. **New Testament commentary Mathew**. Grand Rapids: Baker Academy. 2007

HENRY, Mathew. **Comentário bíblico de Mateus a João**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora CPAD. 2012.

JACOBS, Cindy. **O poder da oração persistente**. São Paulo: Editora Vida Nova. 2010.

JEREMIAS, Joachim. **A mensagem central do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Academia Cristã. 2005.

JEREMIAS, Joachim. **Teologia do Novo Testamento: a pregação de Jesus**. São Paulo: Editora Paulinas. 1977.

KITTEL, Gerhard. **Theological dictionary of the new testament**. Grand Rapids: Eerdmans Publishing Company. 1964.

LUTERO, Martinho. **O pai nosso**. São Paulo: Castex. 1947.

PAGOLA, José Antonio. **Jesus: aproximação histórica**. Petrópolis. 5ª edição: Vozes. 2012.

RICHARDS, Lawrence. **Comentário histórico-cultural do Novo Testamento**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora CPAD. 2015.

RICHARDS, Lawrence. **Guia do leitor da Bíblia**. Rio de Janeiro: Editora CPAD. 2012.

RIENECKER, Fritz. **Comentário esperança**. Curitiba.: Editora Evangélica Esperança. 1998.

SANTOS, João Batista Ribeiro. **Dicionário Bíblico**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Didática Paulista. 2011.

SILVA, de Plácido. **Vocabulário jurídico**. 31ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2014.

RODRIGUES, Sales. **A paternidade no confronto entre psicanálise da religião e fé**, pg. 3-12 In: Teo comunicação, v. 31, n. 131 Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.

STELLA, Jorge Bertolaso. **Introdução à história das religiões**. São Paulo: Imprensa Metodista. 1970.

TASKER, R.V. **The gospel accoding to St. Mathew: an introduction and commentary**. London: The Tyndale Press, 1971.

WALTON, John H.; MATTHEWS, Vitor H.; CHAVALAS, Mark W. **Comentário bíblico atos**. Belo Horizonte: Editora Atos. 2003.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A Revista Teológica é uma publicação quadrimestral da Faculdade Presbiteriana Fatesul, com o intuito de divulgar a Teologia Reformada.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO

O processo de avaliação é de responsabilidade do conselho editorial. Uma vez aprovados, os artigos serão publicados de acordo com o cronograma do conselho. Os autores cedem os direitos de publicação de seus artigos à Faculdade Presbiteriana Fatesul.

Se você estiver interessado em enviar um artigo ou estudo para publicação este deve ter de 8 a 12 páginas. Resenhas de livros relevantes ou de lançamentos também poderão ser enviadas para publicação.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DO ARTIGO:

1. Título do artigo (maiúsculo, centralizado)
2. Nome do Autor (direita)
3. Resumo (máximo 250 palavras, justificado)
4. Introdução (contextualizar, apresentar o problema, objetivos, metodologia, divisões)
5. Corpo do texto (com as divisões numeradas)
6. Considerações finais
7. Referências

O artigo deve ser acadêmico e apresentar uma contribuição para as áreas de teologia sistemática, bíblica, exegética, teologia pastoral, história da igreja e apologética.

O artigo deve ser inédito, ou seja, não pode ter sido submetido à avaliação ou publicado em outra revista, mas ensaios apresentados em congressos serão aceitos para publicação.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail: lucianobetim@outlook.com.br

NORMAS DE CITAÇÃO

As citações deverão aparecer no corpo do texto, tamanho 12, fonte Arial, seguindo o modelo AUTOR, DATA, conforme as regras abaixo:

Citação indireta:

Calvino (2008) denomina esse futuro período em termos bênçãos espirituais de Deus para o seu povo.

Ou:

Esse futuro é denominado por Calvino em termos bênçãos espirituais de Deus para o seu povo (2008).

Citação Direta:

Grudem (1999, p. 801) define-os como “Quaisquer atividades na comunhão da igreja que Deus usa para distribuir mais graça aos cristãos”

Ou:

De acordo com Grudem são “Quaisquer atividades na comunhão da igreja que Deus usa para distribuir mais graça aos cristãos” (1999, p. 801).

Citação direta com mais de três linhas

As citações com mais de três linhas devem ter um tipo de destaque diferente: é necessário reduzir o tamanho da fonte, podendo ser para 10,5 e também é preciso aplicar um recuo de 4cm.

Exemplo:

Nem sempre se pode dizer que é a incredulidade dos presbíteros ou do doente. Trata-se simplesmente do fato de que Deus não lhes concedeu a fé necessária para a obtenção da cura ali, de imediato, de acordo com os seus propósitos insondáveis (LOPES, 2006, p.177).

Modelo de Bibliografia

BÍBLIA SAGRADA. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2007.

CALVINO, João. **Comentário sobre o livro de Joel.** Brasília, DF: Monergismo, 2008.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Série Interpretando o Novo Testamento: Tiago.** São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

FACULDADE PRESBITERIANA
FATESUL

Teologia Reformada ao alcance de todos



Núcleo de Publicações
FATESUL

Fone: 3263- 2580

Email: faculdadepresbiteriana@gmail.com